

### **Ata nº 110 / XIII / 3.ª SL**

Aos sete dias do mês de fevereiro de 2018, pelas onze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiras, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

#### **Ordem do Dia (OD):**

1. Audição do Senhor Secretário de Estados das Comunidades Portuguesas no âmbito do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, sobre a rede consular portuguesa, apoio à iniciativa empresarial na diáspora, plataforma de ensino à distância, Lei da Nacionalidade, situação das comunidades portuguesas residentes na Venezuela e Reino Unido.
2. Informações gerais
3. Outros assuntos.

---

Iniciados os trabalhos, dirigidos, na ausência do Senhor Presidente, pelo Senhor **Deputado Carlos Páscoa**, começou este por dar as boas-vindas aos membros da Comissão e, em particular, ao Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (adiante designado pela abreviatura SECP), a quem lembrou as regras de funcionamento previstas para a presente audição, convocada a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD. Por este motivo, deu a palavra a este Grupo para que efetuasse a apresentação do seu Requerimento.

Tomou a palavra o Senhor **Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD)** que começou por aludir ao encerramento de postos consulares e redução das verbas orçamentais disponíveis para os serviços consulares, entretanto, também alvo de redução. Aludiu à recente apreciação em Comissão da Conta Geral do Estado, onde foi posta a nu uma redução naquela despesa no valor de 3,1 milhões de euros, derivada do não preenchimento de lugares de pessoal consular, tendo lembrado que o Parecer acerca daquela Conta, embora tivesse sido aprovado em Comissão, não havia merecido a unanimidade dos votos. Seguidamente, aludiu ao que considerou o aproveitamento medíocre e muito aquém do esperado do processo de implementação do “Espaço-Cidadão”, em Paris, o mesmo se tendo passado nos casos do

Brasil e da Bélgica.

A intervenção do PSD prosseguiu, agora com o Senhor Deputado Paulo Neves, que abordou a situação da comunidade portuguesa e lusodescendente na Venezuela, merecedores de maior respeito por parte do Governo português. Neste domínio referiu permanecerem por resolver questões importantes, como a da rede de distribuição de medicamentos, e o reforço do pessoal técnico e consular em Caracas e Londres, neste último caso, por ali se estarem, tema bem, a dirigir, os retornados da Venezuela.

Em resposta, após saudar todos os presentes, referiu o Senhor Secretário de Estado que a matéria das necessidades consulares é profunda e complexa, medindo-se a eficácia das medidas pelo número de respostas evidenciadas. De acordo com os dados disponibilizados no Relatório de Imigração de 2016, houve no período abrangido um aumento em 100 mil respostas, totalizando 1 milhão e 900 mil atos consulares. Nas pendências consulares, houve um aumento do número de vistos de 30%, prevendo-se que no ano de 2017 venha a subir outros 25%, correspondente a cerca de 250 mil vistos. Salientou, ainda, o trabalho desenvolvido pelo Gabinete de emergência Consular, onde se registaram 8 mil pedidos de intervenção. Na globalidade, a previsão para 2017, a partir das extrapolações preliminarmente disponibilizadas, apontam para um aumento de 141% em todos os atos consulares. De seguida, aludiu o Senhor Secretário de Estado ao facto de mais 20 postos consulares terem passado, entretanto, a emitir cartões de cidadão, prevendo-se neste ano que outros 6 postos possam igualmente vir a fazê-lo. De passagem, foi lido um documento oriundo do Consulado-Geral em Paris, onde se dava conta de que o prazo de espera para a emissão de atos é de 5 dias, quando se cifrava em 2 meses, recentemente. No concernente ao pessoal consular, confirma-se a existência de um balanço negativo em 2016, surgindo desde 2017, pela primeira vez desde 2011, um saldo positivo (44 saídas para 64 entradas), não contando para o efeito com o pessoal da carreira diplomática. No âmbito dos concursos entretanto abertos para Adidos de Embaixada, encontram-se em estágio 83 pessoas, tendo sido reforçada a estrutura informática da rede consular.

No respeitante à situação na Venezuela, foi sublinhada a boa cooperação entre os Governos da República e da Região da Madeira, mormente no apoio à saúde e segurança social, assegurando o Governo central para cada um daqueles projetos, respetivamente, 1 milhão e 1,5 milhões de euros.

Já no Reino Unido, os serviços consulares estão a recuperar.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** que, em nome do seu grupo parlamentar,

saudou o Senhor Secretário de Estado e restante equipa. De seguida, solicitou dados acerca de certas medidas tomadas pelo Governo com maior impacto junto das Comunidades, tendo lembrado, ao tempo do Governo anterior, a greve de 6 semanas ocorrida nos serviços na Suíça, bem como o apagão informático ocorrido no Luxemburgo. Referiu que muita coisa tem vindo a mudar para melhor, designadamente no recenseamento automatizado, com reflexos na participação dos residentes no exterior no processo eleitoral. Perguntou, qual a situação concreta no presente. Perguntou, ainda, qual o impacto previsto quer para o aumento de validade do cartão de cidadão, de 5 para 10 anos, quer da institucionalização do consórcio para a valorização da língua portuguesa. Finalizou, lembrando que o número de funcionários nas representações diplomáticas no exterior registaram um efetivo crescimento, tendo sido reabertos diversos Postos, com realce para Nantes e Francoforte.

Respondeu o Senhor **Secretário de Estado**, lembrando que o processo legislativo sobre o recenseamento automático se encontra no Parlamento, tendo o Governo concluído pela existência de viabilidade técnica e de segurança no funcionamento do sistema que deverá ficar associado àquele sistema. Apesar de a Comissão Nacional de eleições ter apontado algumas questões a melhorar, não deverá, contudo, obstaculizar a sua aprovação. Quanto aos dados acerca do cartão de cidadão, remeterá proximamente à Comissão elementos concretos, que não trouxe para a Audição. Quanto aos novos Postos Consulares, lembrou também o caso do Mindelo.

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para informar a Mesa que, por motivos de trabalho parlamentar, teria de ausentar-se desta sessão.

Foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Maria Manuel Rola (BE)** que, em nome do seu grupo parlamentar saudou o Senhor Secretário de Estado e restante equipa. Começou por salientar a enorme razão a que o anterior Governo sujeitou os efetivos consulares, sendo que a melhoria hoje sentida, continua a ser insuficiente em face das necessidades e aquém das expectativas, designadamente, quanto à integração de precários. Referiu não compreender porque motivo o aumento no prazo de validade do cartão de cidadão não é igualmente estendido aos passaportes. Já no caso da Venezuela, perguntou se existem dados concretos acerca do número e natureza específica dos pedidos de ajuda no domínio da segurança social.

Em resposta, referiu o SECP ter-se registado um enorme crescimento da procura do país por

cidadãos estrangeiros, a que correspondeu um enorme acréscimo de serviço. Quanto à questão dos precários, sublinhou que se trata de matéria sujeita a dupla tutela, mas que a evolução do trabalho realizado com as Finanças é positivo.

Interveio o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** que, em nome do seu grupo parlamentar saudou o Senhor Secretário de Estado e restante equipa. Referiu que o CDS acompanha a visão do Governo relativamente ao “Espaço do Cidadão”, projeto que entende ser útil. A análise dos atos consulares não pode, segundo afirmou, basear-se numa abordagem globalizante e meramente quantitativa, importando separa as diferentes tipologias de atos, entre si bastante diferenciados em termos de complexidade, motivo pelo qual solicitou a dispensa de dados qualitativamente seriados. Relembrou que o processo alusivo ao recenseamento automatizado já dura há mais de 5 anos, ainda sem consagração formal. De seguida, perguntou: qual o resultado prático do levantamento de necessidades na Venezuela (Roteiro Social), recentemente efetuado; qual a avaliação das capacidades dos países confinantes para acolher refugiados; se existe ou não um êxodo da comunidade portuguesa naquele país; e quais os resultados da recente visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros àquele país, mormente no respeitante ao acesso a medicamentos.

Respondeu o **SECP**, faltar que o PSD se defina acerca das vantagens (ou não) destes “Espaços do Cidadão”, pois ao mesmo tempo que apoia, castiga os resultados obtidos. A qualidade dos atos praticados nestas estruturas está inventariada. Salientou, de seguida, terem sido resolvidos, em colaboração com os sindicatos, diversos casos de desvalorização remuneratória em resultado da desvalorização cambial. Quanto aos resultados do Roteiro Social (Venezuela), salientou ter o mesmo permitido rastrear as necessidades e melhorar a capacidade de resposta. Quanto aos resultados da recente visita do Ministro àquele país, foi melhorado o sistema de acompanhamento a detidos e presos de origem portuguesa, e garantidas condições de apoio aos empresários cujos estabelecimentos haviam sido saqueados em outubro de 2016. Quanto à capacidade de acolhimento dos países confinantes, não existem números atualizados, impossibilitando respostas objetivas, se bem que Portugal esteja a reforçar os Postos nesses países com mais meios.

Interveio o Senhor Presidente para solicitar que o Senhor Secretário de Estado pudesse ordenar a remessa de toda a documentação que veio referindo na sessão, ao que o mesmo prontamente acedeu, com ressalva dos dados que se encontrem sujeitos a sigilo.

Interveio seguidamente a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** que, em nome do seu grupo parlamentar saudou o Senhor Secretário de Estado e restante equipa. No entendimento do PCP, a progressão nas carreiras do pessoal consular deve ser aprofundada, no sentido da sua valorização. Perguntou se o Governo pretende prosseguir este caminho e contratar mais pessoal, e se pensa reforçar o apoio social aos funcionários dos Postos Consulares.

Respondeu o SECP ser intenção e do Governo aprofundar a consolidação das condições de trabalho do pessoal nos Postos. Particularizou com o caso do Brasil, onde foi apresentada uma proposta estrutural para resolução dos problemas que subsistem desde 2012, estando agora do lado dos sindicatos apreciá-la, em contacto direto com os seus representados.

O papel dos adidos sociais, até pela experiência venezuelana, é para manter e reforçar, também, em Londres e Manchester.

Transitados para a 2.<sup>a</sup> Ronda de intervenções, intervieram os Senhores Deputados a seguir elencados, que perguntaram:

António Ventura (PSD), para solicitar informações acerca do posicionamento do queijo de S. Jorge no contexto do CETA, dadas as queixas dos operadores económicos com relação a incompreensíveis condicionamentos impostos pelas autoridades canadianas;

Lara Martinho (PS), para perguntar sobre: se o programa das comemorações do Dia de Portugal nos Estados Unidos prevê, em particular, a participação dos empresários da diáspora nos eventos planeados, e sobre o investimento estrangeiro no âmbito do “Internacionalizar”, do MNE; qual o futuro do DACA (programa americano para crianças emigrantes), pois existe o risco atual de deportação para 520 portugueses, com especial ênfase no caso de Providence, nos Estados Unidos da América;

Maria Manuel Rola (BE), para perguntar sobre os atrasos no processamento de abonos de família ao pessoal colocado no exterior, tendo lembrado, ainda, a questão sobre a validade dos passaportes que não foi respondida;

Filipe Lobo d’Ávila (CDS/PP), para manifestar a sua incompreensão acerca da alegada impossibilidade de divulgar dados atualizados acerca da situação na Venezuela, para cujo efeito, apesar das dificuldades e esforços a desenvolver, bastaria a troca concertada de informação entre três Ministérios e o Governo Regional da Madeira. Perguntou se existem

alguns pedidos de asilo formulados a Portugal, por parte de cidadãos venezuelanos.

**Carla Cruz (PCP)**, para perguntar o que pretende fazer o Governo relativamente à requalificação das antenas consulares.

**Carlos Alberto Gonçalves (PSD)**, para lamentar o facto de não ter obtido respostas às questões que o PSD tem vindo a colocar acerca da capacidade de resposta consular na Venezuela e no Reino Unido, onde as comunidades portuguesas se encontram mais expostas. Esclareceu que o PSD nada tem contra os “Espaços do Cidadão”, tendo sido o Governo quem elevou as expectativas que acabaram por falhar na sua concretização, designadamente, com a desnecessidade de tanto pessoal. E confirmou, a finalizar, existirem já portugueses a retornar da Venezuela para a Catalunha e Reino Unido.

Em **resposta**, referiu o Senhor **Secretário de Estado** que:

Quanto ao Reino Unido, foram reforçados os meios humanos, estando a crescer a capacidade de resposta.

No caso da Venezuela, referiu tratar-se de problema que deve merecer abordagem muito particular, dado o quadro circunstancial em concreto, do qual depende a especificação do tipo e níveis de auxílio a prestar à comunidade portuguesa. As dificuldades em quantificar os atos consulares deriva da flutuabilidade das entradas e permanências, pois muitos vêm de países da União Europeia e outros ficam em Portugal. Está, porém, a ser acompanhado o regresso de lusodescendentes a vários pontos de Portugal e não apenas à Madeira. Relembrou, ainda, que o adido da Polícia Judiciária em Caracas abandonou o posto em 2015, ainda com o anterior Governo. Relativamente à Segurança social, foram detetados atrasos nos serviços prestados, designadamente por dificuldades no preenchimento de documentação, sendo que está já em ação uma equipa conjunta desta tutela e das Finanças a trabalhar na matéria.

Politicamente, referiu, está tomada a decisão de abrir os escritórios de Nantes e Francoforte.

Nesta altura, assumiu a direção dos trabalhos o Senhor **Deputado Carlos Alberto Gonçalves**, na qualidade de **Vice-presidente da Mesa**, que prosseguiu, concedendo a palavra aos Senhores **Deputados**:

**Gabriela Canavilhas (PS)**, para lamentar a posição manifestada pela Associação Sindical dos diplomatas Portugueses, contra a indigitação do Prof. Sampaio da Nóvoa para a UNESCO.

Paula Teixeira da Cruz (PSD), para sublinhar nunca ter existido uma resposta quanto ao funcionamento da plataforma de ensino à distância, desde há um ano. A plataforma, segundo os dados conhecidos, possui 578 utilizadores registados, dos quais 486 são oriundos dos Estados Unidos e do Canadá, existindo, ainda, 92 inscrições de individuais, repartidas por 26 países, tendo solicitado explicações sobre se estes resultados não estariam aquém das expectativas iniciais do Governo. Concluiu, protestando contra a incapacidade demonstrada pelos titulares políticos nas diferentes audições para responder às questões colocadas pelos Deputados, no uso do poder de fiscalização que compete ao Parlamento.

**Ana Passos (PS)**, para questionar sobre as dificuldades sentidas pelos investigadores nacionais no estrangeiro, em permanecer nas instituições onde vinham trabalhando.

**Carlos Páscoa (PSD)**, para questionar o SECP acerca do caso “Raul Schmidt”. De seguida, realçou o facto de o Consulado português em Durban possuir apenas um funcionário para 13 mil inscritos, tendo solicitado uma resposta para o problema.

**Ascenso Simões (PS)**, para relembrar a centralidade do papel da Diáspora na política externa portuguesa e o facto de term visivelmente melhorado os índices do relacionamento económico entre os portugueses residentes no exterior com os residentes em território nacional e vice-versa, tendo, pelo facto, felicitado o SECP.

**António Ventura (PSD)**, para relembrar o facto de a sua pergunta não ter sido respondida.

Em **resposta**, referiu o Senhor **Secretário de Estado**, começando pela questão colocada pelo Senhor Deputado António Ventura, não possuir competências para tratar da matéria invocada, devendo as questões em causa ser colocadas à tutela da Internacionalização e da Economia.

Prosseguiu, para referir que a programação do 10 de junho terá várias dimensões e correspondentes atividades que durarão todo o referido mês, iniciando-se com um Encontro Regional da Diáspora, nos Açores, em 6 e 7 de junho.

Existem presentemente nos Estados Unidos cerca de 27 docentes a operar com a plataforma de ensino à distância, tendo confirmado os dados avançados pela Senhora Deputada Paula Teixeira da Cruz. Prevê a antecipação do aumento dos fluxos migratórios, motivo que aconselha a que o Estado mantenha esta ferramenta, ainda que quantitativamente pareça

não possuir a relevância desejada.

Relativamente aos investigadores nacionais no exterior, os dados que possui são de que continuam a existir acolhimento e abertura ao seu trabalho, principalmente no Reino Unido e nos Estados Unidos. Todavia, referiu que a previsão do MNE é de que cerca de 70% dos jovens que saíram durante o período de crise possam voltar a Portugal.

Quanto à relação com a Diáspora, lembrou ter decorrido em Viana do Castelo o 2.º Encontro de Investidores, tendo reunido empresários de 37 países, o que, segundo avaliou, poderá vir a representar dois milhões de euros em investimento direto, no corrente ano. Terminou, felicitando o trabalho que, nesta área específica, foi desenvolvido por todos os Deputados eleitos pelos círculos internacionais, tendo podido constatar a enorme proximidade existente no acompanhamento assim prestado às comunidades lusas espalhadas pelo Mundo.

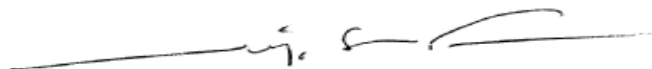
---

Pelo que, nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Comissão** declarou encerrada a reunião pelas treze horas e quinze minutos.

A presente reunião possui registo áudio consultável [aqui](#).

Palácio de S. Bento, 7 de fevereiro de 2018

**O Presidente da Comissão,**



**(Sérgio Sousa Pinto)**



### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos  
Ângela Guerra  
Ascenso Simões  
Carlos Alberto Gonçalves  
Carlos Páscoa Gonçalves  
Filipe Lobo D' Ávila  
Gabriela Canavilhas  
Isabel Santos  
Joana Lima  
Lara Martinho  
Maria Manuel Rola  
Nuno Magalhães  
Paula Teixeira da Cruz  
Paulo Neves  
Porfírio Silva  
Rui Silva  
António Ventura  
Bruno Coimbra  
Carla Cruz

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Cesário  
Sérgio Azevedo  
Sérgio Sousa Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Oliveira  
Paulo Pisco  
Pedro Filipe Soares  
Ricardo Baptista Leite

---

**A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 06/06/2018.**